

## EDUCAR PARA A NAÇÃO: ESCRAVIDÃO E DESENVOLVIMENTO DO BRASIL NO PENSAMENTO DE HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA<sup>1</sup>

Fernanda Regina Cinque<sup>2</sup>Marcília Rosa Periotto<sup>3</sup>

**RESUMO:** Trata-se de estudo que visa apontar o sentido profundamente educativo que permeia as idéias sobre escravidão desenvolvidas por Hipólito José da Costa nos artigos publicados no jornal *Correio Braziliense* (1808-1822). Nelas o autor postulava o trabalho livre como condição para a expansão do capital nas colônias ultramarinas, resultando no conseqüente aumento populacional necessário para a criação de um mercado interno e sua consolidação, fatores exigidos de antemão para o desenvolvimento econômico e social. O debate orquestrado através do jornal sobre a necessidade de a burguesia nacional ampliar seu espaço, tendo por objetivo a efetivação de seu domínio econômico e político, deve ser visto como educativo à medida que buscou instruir para práticas mais progressistas e compatíveis com o grau de desenvolvimento alcançado pela burguesia na Europa.

**Palavras-chave:** desenvolvimento social; escravidão - trabalho livre; educação e história; liberalismo.

## TO EDUCATE FOR THE NATION: SLAVERY AND DEVELOPMENT OF BRAZIL IN THE HIPÓLITO JOSE DA COSTA THOUGHT

**ABSTRACT:** The deep educational significance that pervades Hipólito José da Costa's ideas on slavery which were developed in the newspaper *Correio Braziliense* (1808-1822) is provided. The author suggests free labor in overseas colonies as a condition of capital expansion. This would result in a subsequent population increase necessary for the establishment and consolidation of an internal market as basic factors for economical and social development. The debate forwarded in the newspaper on the Brazilian bourgeoisie's need for more space so that its economical and political hegemony would be put into practice, has to be seen as an educational issue. It actually tried to endeavor more progressive activities compatible to the degree of development reached by European bourgeoisie classes.

**Key words:** social development; slavery; free labor; Education and History; liberalism.

As idéias veiculadas no *Correio Braziliense*<sup>4</sup> por Hipólito José da Costa, jornal editado em Londres entre 1808 a 1822, até o momento foram pouco estudadas à luz da perspectiva educacional. Pode-se perceber nos artigos, escritos com firme intenção de oferecer aos brasileiros os conhecimentos que se propagavam pela Europa com o avanço do capitalismo, a evidente conexão entre seu pensamento e a história da educação.

A luta conduzida através do jornal se pautava pela adoção de medidas políticas e econômicas favoráveis ao progresso do Brasil que poderiam contribuir para a inserção do país no rol das nações civilizadas. Em vários artigos procurou demonstrar a coerência da substituição do trabalho escravo pelo livre, como também assumiu o debate sobre a extinção da escravidão num momento em que a riqueza somente seria produzida sob os auspícios dessa forma de trabalho.

A efetivação das mudanças almejadas por Hipólito da Costa e o incentivo que trariam à economia do país eram tarefas que demandavam a produção de um discurso extremamente articulado com as leis do progresso. Suas idéias, portanto, não podem ser lidas apenas pela vertente econômica ou política. Neste estudo serão entendidas como educativas, no sentido de que, ao serem formuladas, expressavam a urgência de levar aos homens da época idéias que pareciam ser as indicadas para a consolidação de práticas mais progressistas, e por extensão, estímulos ao desenvolvimento do que se pretendia norma corrente no Brasil.

A inauguração do jornal *Correio Braziliense*, veículo para as idéias de seu editor sobre a relação Brasil-Portugal nas duas primeiras décadas do século XIX, coincide com um período cujos acontecimentos foram significativos para o país, cujo processo foi iniciado com a vinda da Família Real e culminou na independência em 1822. Naquele início de século poucos eram os países que desfrutavam da existência da imprensa, e os que a possuíam enfrentavam, nos lugares onde predominava o catolicismo, sérias restrições quanto à liberdade de expressão. Por tempo considerável a arte de imprimir era vista como milagreira e por muito tempo foi atividade perseguida pela Igreja que, detentora do poder da palavra, censurava os escritos que considerava ameaçadores à sua dominação.

Com o desenvolvimento social e das novas tecnologias a imprensa ganhou mais força, apesar de nesse período também sofrer repressão por parte dos governos reais. A partir do século XVIII é secularizada, ou seja, posta a serviço do Estado Absoluto que via a palavra impressa “*como o principal veículo do conhecimento e do pensamento, o meio transmissor de toda discussão política e religiosa, o instrumento de expressão tanto da crítica subversiva quanto da obediência e aquiescência intelectual*” (DARTON; ROCHE, 1996, p.22).

O atraso material existente em Portugal não lhe permitia dispor de tipografias, a ponto de D. João VI ignorar a marcha das tropas francesas pelo fato do ministro de guerra não saber, ou ocultar o fato já amplamente noticiado pela imprensa inglesa. Em 1808 a imprensa é autorizada no Brasil através do decreto assinado por D. João VI em 13 de maio de 1808, medida louvada por Hipólito da Costa com júbilo, “*Tarde, desgraçadamente tarde, mas enfim aparecem tipos no Brasil; e eu de todo o meu coração dou os parabéns aos meus compatriotas brazilienses*” (COSTA apud LIMA, 1977, p. 21). Porém, todos os escritos antes de serem publicados eram submetidos à censura prévia para que as notícias não contrariassem as decisões do governo ou de seus interesses.

No quadro das rápidas transformações advindas ao Brasil com a chegada da realeza, portanto campo fértil para o surgimento de um debate mais conseqüente sobre as mudanças necessárias para alavancar o desenvolvimento material no país, nasceu em Londres, pelas mãos de um brasileiro ferrenho opositor da velha e retrógrada nobreza portuguesa, o jornal *Correio Braziliense*. Já no artigo inaugural Hipólito da Costa prometia proporcionar aos brasileiros os conhecimentos que os arrancariam da escuridão imposta pelo atraso da vida colonial e os remetia a um estado de profunda ignorância:

O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela; e cada um deve, segundo as suas forças físicas ou morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos, os talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O indivíduo, que abrange o bem geral duma sociedade, vem a ser o membro mais distinto dela: as luzes, que ele espalha, tiram das trevas, ou da ilusão, aqueles, que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia, e do engano. (Ibid., p. 11)

Acreditando que suas idéias poderiam influir nas decisões políticas e econômicas e libertar o país do jugo da Corte que predicava apenas em nome dos interesses da Metrópole,

criticava e se opunha às medidas do governo que porventura viessem a prejudicar a nação brasileira. Sob essa ótica, Paula considera o *Correio Braziliense* um jornal estritamente educativo, desempenhando no tempo de sua existência admirável “vocação pedagógica”:

O jornal não quer apenas informar, mas formar. A despeito da distância, ele quer influir na história de Portugal e do Brasil, e faz isso com ironia e graça, mas acima de tudo, raciocinando, explicando, desmascarando a retórica. Acredita na liberdade e na força libertadora da verdade, e o resultado é não só uma análise extraordinariamente lúcida dos acontecimentos políticos, como também uma impressionante capacidade de precisão. (2001, p. 17)

Hipólito da Costa realizou esse propósito com inteligência, apesar das dificuldades que enfrentava. A quilômetros de distância, escrevia sobre acontecimentos que haviam ocorrido tempo antes, pois os fatos levavam aproximadamente 5 a 6 meses para que chegassem até ele e repercutissem no Brasil na forma de artigos. Apesar das intempéries o *Correio* não deixou de produzir com seriedade e seu autor enfrentou os áulicos de seu tempo com vigor, depositando suas esperanças naqueles sempre dispostos a refletir sobre o Brasil numa época de efervescência política e de pouco interesse para a divulgação das novas idéias.

A Inglaterra foi o modelo no qual se baseou para defender procedimentos mais civilizados para o Brasil. O fato da riqueza só se realizar extremamente vinculada ao trabalho livre fez com que enfrentasse a luta para provar que esse era o único caminho capaz de tirar o Brasil do atraso em que se encontrava. A idéia de que a escravidão se apresentava como injusta e incoerente com o direito natural do homem ser livre já estava posta na Europa, principalmente na Inglaterra, onde o capitalismo pôde se desenvolver plenamente ao encontrar as condições políticas e econômicas necessárias.

A manufatura representou o auge da revolução capitalista e do pensamento liberal e firmou a idéia de que a riqueza de uma nação somente seria obtida na forma da produção burguesa e às expensas do trabalho livre, confirmando que não havia mais lugar para o regime escravista. Entretanto o Brasil persistiu nesse sistema, impedindo a ampliação do mercado consumidor para os manufaturados europeus, o que reafirma a idéia de que as transformações inglesas mesmo tendo influenciado o restante do mundo, essas não aconteceram ao mesmo tempo nos outros países e muito menos na mesma proporção, já que as condições de produção não se encontravam perfeitamente desenvolvidas e nem no mesmo grau em todos os lugares.

Portugal é um típico exemplo desse desenvolvimento desigual. Sua situação era mais de fornecedor de riquezas naturais extraídas das suas possessões do que propriamente produtor de manufaturados que visava atender ao mercado mundial: “*O comércio de matérias-primas brasileiras constituía a base dos recursos lusos. Eram as especiarias, o algodão, o fumo, o azeite de baleia e, em particular o açúcar*”, diz Sodré (1969, p.30) e ouro, posteriormente. Nesse quadro, ao reproduzir a vida em condições tão limitadas não pôde partilhar das idéias em vigor no mundo em desenvolvimento, o que explica seu grande atraso em relação ao pensamento avançado que dera sustentação ao poder da economia inglesa. Alves destaca que Portugal no século VXIII “*possuía uma burguesia débil, vacilante e conciliadora que, por esse motivo se via impedida de expressar, na instância superestrutural, suas aspirações mais puras e progressistas*” (1993, p. 6),

Logo, no plano das idéias, tendencialmente, não poderia realizar produções que ombreassem às dos grandes pensadores burgueses como Locke, Adam Smith, Quesney, Voltaire e Diderot. A produção teórica em Portugal, nessa fase, esteve irremediavelmente estigmatizada pelas limitações de sua base material. (Idem, p. 17- 18)

Conclui Alves que a insuficiência teórica do “*Iluminismo português foi o Iluminismo possível sob as condições históricas concretas do reino luso*” (Ibid. p.90), até porque havia uma substancial diferença em relação à forma de exercício da política, já que os ingleses gozavam de governo liberal, e Portugal persistia num sistema conservador:

Enquanto na Inglaterra imperava o sistema parlamentar com pleno florescimento das franquias populares, em Portugal o absolutismo régio era onipotente e onisciente, porque decidia sem contraste algum fosse de quem fosse, ‘de seu moto próprio’, certa ciência, poder real, pleno supremo. (SOARES, 1983:163)

Dessa forma o poder ilimitado da coroa colocava-se como entrave a prosperidade lusitana, fato que não acontecia na Inglaterra, pelo contrário, lá fora adotada uma política voltada ao incentivo da produção da riqueza particular. Estimulado pelas condições inglesas, Hipólito da Costa se posicionaria contra o governo arbitrário da coroa portuguesa, em que o ideal seria, no seu entender:

[...] limitar o poder da coroa; para a conservar e para a fazer respeitar [...] A limitação portanto do poder da coroa que indicamos, é a que se acha nas antigas leis e Constituição da Monarquia Portuguesa: limitação que não sirva para restringir o poder do monarca; mas sim para impedir que os seus ministros não obrem injustiça, que fiquem impunes, por serem feitas em nome do soberano. São estas as limitações que podem manter e perpetuar o poder da coroa, e é em o manter, que consiste o merecimento do monarca, que adquiriu por herança.(COSTA apud LIMA,1977, p. 75)

Mesmo com enormes diferenças econômicas, principalmente, Portugal fez algumas tentativas para superar as práticas atrasadas de produção. Pombal, primeiro-ministro de D. José, embora defendesse a monarquia, buscou, no tempo em que esteve no poder, implantar novas formas de administração que pudessem contribuir para o enriquecimento do país. Fez isso ao defender, entre outras medidas, a necessidade de substituir os velhos conhecimentos por uma nova mentalidade condizente com a época, ao incentivar a indústria que até então se limitava a uma produção artesanal, e “*dedicou-se a criar uma legislação que tivesse o fito, como teve, de instaurar indústrias novas em Portugal que, pouco a pouco, fossem proporcionando possibilidades de substituir a importação de produtos estrangeiros por produção tipicamente nacional*” (SOARES, 1983, p.166), bem como o incentivo ultramarino.

Suas propostas inovadoras se depararam com vários obstáculos, tais como a debilidade do saber reinante em Portugal, proporcionado pelo ensino escolástico, e a despreocupação com a educação, fato que comprometia sua eficácia, pois o ensino deveria se pautar nas novas idéias levando os homens a ter consciência de que o sistema político e econômico praticado não correspondia aos meios necessários para a efetivação do progresso no país.

Essa política reformadora não pôde fazer frente à pressão inglesa que agia no intuito de impedir o estabelecimento da atividade industrial, restringindo, portanto, a contribuição de Pombal à adoção de medidas desenvolvimentistas mais eficientes. Sobressai o fato de ter franqueado a implantação das idéias iluministas nos círculos intelectuais, mas que não viriam a se expressar em práticas materiais mais avançadas.

No Brasil o pensamento iluminista é observado nas reformas de Pombal em relação à instrução pública. Essa reforma foi “*expressão altamente significativa do iluminismo português*” (CARVALHO apud ALVES, 1993, p.73), mas muito inferior ao que se via na Europa. Já Azeredo Coutinho, ao criar o Seminário de Olinda em 1800, também expressou, de

acordo com a situação em que se encontrava, o pensamento burguês da época, não podendo, por conseguinte, ser tomado como um empreendimento verdadeiramente revolucionário:

Este estabelecimento de ensino, viabilizado praticamente no ocaso do século das luzes, é uma manifestação típica do pensamento burguês no Brasil, uma manifestação do Iluminismo sob as condições históricas concretas do Brasil colônia. (ALVES, 1993, p. 90)

Apesar dessa contribuição inovadora para a época, o Brasil, nutrido pelo conservadorismo português, se encontrava num estado de franca oposição ao mundo das Luzes, coadjuvado ainda pelo fato de que não mantinha relações mais amiúdes com outros países a não ser com a metrópole, que conduzia os negócios coloniais ao sabor de seus interesses, exercendo forte controle sobre qualquer tipo de influência externa. Desde sempre sua economia esteve atrelada a uma produção destinada para exportação, principalmente a do açúcar, algodão e mais tarde do café. A metrópole não estimulava a produção interna, e para este mercado se produzia apenas para subsistência da população mais pobre, como o cultivo da mandioca, milho, arroz e outros gêneros básicos. Já os grandes proprietários rurais e os comerciantes de destaque supriam-se de produtos estrangeiros, adquiridos dos comerciantes portugueses autorizados pela Coroa a negociar os produtos de importação e exportação.

Desde o início da colonização Portugal optou por desenvolver atividade que fosse lucrativa, no caso a do açúcar. Essa escolha não foi ocasional, mas por questões pré-estabelecidas, como explica Sodré: *“O fato de ser Portugal o maior produtor de açúcar, desde o século XV, antes da descoberta do Brasil, parece explicar, por si só, ter sido este o gênero básico da colonização. Foi, realmente, a experiência colhida nas ilhas que permitiu o lançamento inicial da lavoura canavieira”* (1967, p. 62-63).

Ferlini (1988, p. 18), enfatiza a necessidade de introdução da mão-de-obra escrava já nesse momento, pois, para cultivar a cana-de-açúcar, era preciso um grande contingente de trabalhadores *“que se submetessem a trabalhar para outros, sem terem, eles mesmos, qualquer motivação pelo processo de produção”*, braços que Portugal não tinha a ofertar. A população nativa não correspondia às exigências de produção, até porque não desfrutava de conhecimento técnico mais adequado para o trabalho agrícola realizado em larga escala, e nem se submetiam facilmente aos rigores de uma produção ritmada e constante. A falta de braços úteis na colônia passou a ser um dos principais óbices à produção da riqueza, e o tráfico de escravos africanos foi uma das alternativas encontradas, firmando-se como uma atividade extremamente lucrativa tanto para os galeões ingleses que os transportavam quanto para os senhores que os adquiriam, até se constituir em negócio dirigido pelos portugueses e depois brasileiros na segunda metade do século XVIII.

No Brasil a escravidão era vista como natural, no entanto no velho mundo já se apresentava ultrapassada e negadora dos interesses capitalistas: *“Essa forma era, porém, incompatível com os padrões vigentes na Europa, apresentando-se como desumana, insofrível por seres humanos”* (Idem, *ibid.*, p. 21). A escravidão africana seria tratada por Hipólito da Costa como um dos grandes problemas que o Brasil deveria exterminar se quisesse participar do mundo civilizado.

A fundação do *Correio Braziliense* parece ter obedecido a objetivos previamente estabelecidos. O primeiro deles visava fazer oposição ao conservadorismo da nobreza portuguesa quase cega aos progressos alcançados pelo desenvolvimento burguês. Apesar da presença de Pombal no poder por durante duas décadas, cuja política se ancorava no pensamento iluminista da intelectualidade portuguesa, a Metrópole não conseguiu envidar esforços mais substanciais para a superação do atraso material que a consumia e a mantinha

dependente da Inglaterra. Já, num segundo momento, visava influenciar nas decisões políticas destinadas a sua colônia mais rica, de forma que pudesse, com suas idéias e conselhos, contribuir para a melhoria do país. Neste sentido criticava algumas medidas tomadas pela corte por serem prejudiciais ao progresso do Brasil, inclusive foi o primeiro brasileiro a posicionar-se contra o tráfico de escravos.

A ampliação do trabalho livre era, no início do século XIX, questão crucial para a expansão da produção burguesa. Em 1808 a mão-de-obra no Brasil era formada basicamente por escravos que trabalhavam na lavoura. A economia, nesse caso, padecia em meio a um estado material deficitário, cujo desenvolvimento só se tornaria possível junto à formação de mercado consumidor consistente. Portanto, a escravidão não atendia a esse requisito, até porque, dizia Hipólito que “*Era a escravidão um estado tão contrário ao direito natural, que se tornava impossível o progresso de um país nela fundado*” (RIZZINI, 1988, p. 348).

O problema da escravatura passou a ser alvo de discussões a partir do final do século XVIII e início do XIX, sob influência dos pensadores burgueses europeus. Em 1758, meio século antes de Hipólito da Costa, padre Manoel Ribeiro Rocha escreve *Etíope Resgatado*<sup>5</sup>. Recebeu do Santo Ofício licença para a publicação porque não apresentou idéias incompatíveis com o poder da Igreja. A visão de Ribeiro Rocha se distancia muito da posição de Hipólito da Costa, ao tratar a escravidão pela via da injustiça, pois esta não estava de acordo com os preceitos pregados pela Doutrina Católica. Não pregava a extinção imediata do sistema escravista pois sabia que as conseqüências seriam graves, mas afirmava ser necessária sua gradual extinção, ou seja, visava corrigir os abusos cometidos aconselhando ao senhor tratamento mais humano aos escravos. Ao escrever este livro já advogava a libertação dos filhos das escravas, o que só pôde ser concretizado de fato mais de um século depois com a Lei do Ventre Livre.

Na mesma linha de pensamento de Ribeiro Rocha prossegue Benci<sup>6</sup>. Ambos sugerem a forma como os senhores deveriam tratar os escravos, apesar de defenderem o ideário burguês. Benci não pretende pôr fim a escravidão, mas ao tratar da precariedade da vida dos escravos, não o faz por a considerar injusta, apesar de reconhecê-la assim, mas pensa no escravo como mercadoria, parte dos investimentos do senhor, portanto, seria mais vantajoso conservá-lo em boas condições físicas do que levá-lo à morte com o excesso de trabalho associado a péssimas condições de existência. Entretanto, os senhores de escravos não eram adeptos da idéia de oferecer melhores condições aos cativos, pois entendiam que o lucro que obtinham superava o prejuízo da perda.

Desta forma Benci, assim como Ribeiro Rocha e Azeredo Coutinho, “*abriram o caminho para que pudéssemos entender que a violência era não só o sustentáculo da escravidão como a condição necessária para garantir a lucratividade dos investimentos nas condições do mercado mundial*” (FIGUEIRA; MENDES, 1977, p.32). Não devem ser considerados equivocados ou desumanos, pois expressavam o pensamento da época, isto é, entendiam que as condições do Brasil não admitiam outra forma de trabalho.

Diferente é o pensamento do *Correio*. Lá se analisava o problema com o olhar voltado para o desenvolvimento econômico realizado nos moldes mais avançados, sem no entanto perder de vista as demais questões circundantes aos interesses materiais:

[...] leiam os Brasileiros as obras de todos os filósofos modernos, e verão que de unânime consentimento atacam o abuso da escravidão, e demonstram a sua injustiça; mas não é deste ponto que propomos tratar; falaremos somente do interesse; que é matéria mais inteligível, e que merecerá atenção. (COSTA apud LIMA, 1977, p. 132)

Se por um lado Ribeiro Rocha se afasta da posição do *Correio*, o mesmo não aconteceu com José Bonifácio, que mesmo experimentando curta passagem na política nacional -1821 a 1823 - procurou com sua formação de cientista, de observador da realidade nacional e sob influência da Ilustração, formular um projeto civilizatório que “*pretendia concretizar no Brasil o sonho de um país europeu na América*” Holhnikoff (1998, p.13). Para tanto não tratou de um único problema, mas buscou apresentar soluções mais amplas. Elaborou propostas que visavam combater a escravidão e até mesmo discutiu sobre o problema indígena, reforma agrária e outros: “*Foi um ousado reformista, que escreveu sobre os mais diferentes temas do Brasil de seu tempo*” (Idem, p. 21).

Observando o projeto de Bonifácio, pode-se dizer que muito se assemelha às idéias de Hipólito da Costa. Ambos advogam a substituição do trabalho escravo pelo livre, como forma de estimular o crescimento da população e o desenvolvimento da indústria pois, caso contrário, o crescimento material do país permaneceria estagnado frente à resistência de se adotar práticas produtivas mais avançadas: “*basta lembrar que os senhores que possuem escravos vivem, em grandíssima parte, na inércia, pois não vêem precisados pela fome ou pobreza a aperfeiçoar a indústria, ou melhorar sua lavoura*” (Ibid. p. 57).

Assim como Hipólito, Bonifácio também defendia o livre comércio internacional e criticava o tratado com a Inglaterra em 1810 “*não só por humilhar a dignidade portuguesa, como também por colocar os brasileiros, em seu próprio país, em posição inferior aos ingleses*” (LUSTOSA, 2000, p. 76) e desejou a união entre metrópole e colônia no período em que a grande discussão girava em torno da independência, mas não apoiava a idéia de recolonizar o Brasil. No lugar da independência, preferia

[...] a solução de um grande império luso-brasileiro, no qual sua terra natal deixaria de ser colônia para adquirir estatuto de igualdade com Portugal, partes simétricas de um mesmo império, apenas separadas pelo oceano. Essa ambição fora entretanto abortada pelos propósitos recolonizadores das Cortes lisboetas, que não deixariam alternativa senão a independência. (DOLHNIKOFF, 1998, p. 17).

Vários foram os pensadores que se dispuseram a discutir as questões e problemas do Brasil, principalmente o trabalho escravo, cada qual à maneira como captava as questões da época. Hipólito da Costa, por sua vez, só pôde defender o trabalho livre e uma nova colonização por imigrantes por encontrar-se vivendo na nação mais desenvolvida da época, e por ter tido o privilégio de compreender as necessidades do capitalismo mundial. No entanto, afastado que estava do Brasil, deixou de vivenciar as condições concretas de sua existência e esse fato, coadjuvado pela formação intelectual própria à Ilustração portuguesa, fez com que desejasse para o Brasil a prosperidade que a história ainda não lhe havia reservado.

Logo após a publicação dos primeiros artigos, Hipólito da Costa se deparou com uma questão que causara muito temor aos portugueses- a abertura dos portos. O Bloqueio Continental imposto por Bonaparte repercutiu nas metrópoles ibéricas e nas áreas coloniais. No primeiro caso, a questão resumia-se em “*optar pelas forças em presença, considerando a pressão francesa, o poderio naval inglês e a necessidade de preservação de suas próprias colônias*” (SODRÉ, 1967, p.178). Já para a área colonial, e no caso do Brasil, tratava-se de “*eliminar o regime de monopólio comercial*”.

O governo português encontrava-se num grande impasse. De um lado temia uma eventual invasão dos franceses que, por sinal, não suportaria, e de outro a pressão da Inglaterra, que pleiteava a liberação dos portos brasileiros às nações estrangeiras. Segundo Manchester, “*seu interesse principal no Brasil era um mercado brasileiro para os produtos ingleses, e não um fornecedor de matérias-primas para consumo doméstico*” (1973, p. 283).

Diante desse conflito a coroa portuguesa se decide pela proteção dos ingleses ao transferir-se para o Brasil, apesar dessa aliança não ter sido fato único na sua história. Na realidade, com o fito de manter seu aparente poder na Europa, Portugal sempre fora um aliado dos ingleses.

Em janeiro de 1808 D. João VI, depois de fugir de Napoleão com a Família Real e a corte portuguesa, abre os portos para as nações amigas, medida expressa na Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. A liberação dos portos “*abria o comércio com as nações estrangeiras, sendo permitida a importação de todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportados em navios estrangeiros das potências que se conservavam em paz e harmonia com a Real Coroa, ou em navios portugueses*” (HOLANDA, 1969, p. 71).

Tal medida concedia à Inglaterra vantagens em relação aos outros países<sup>7</sup>. Privilégios que foram reafirmados nos Tratados de Aliança e de Comércio e Navegação de 1810. Hipólito não concordava com as condições negociadas nos tratados, cujas medidas impunham ao Brasil o puro aceite dos interesses ingleses e prejudicavam o desenvolvimento do comércio interno do país: “*Estes dois tratados, celebrados no mesmo dia, 19 de fevereiro de 1810, o de Aliança, e o de Comércio e Navegação, constituem um perfeito sistema de dominação econômica*” (AGUIAR, 1960, p.104). Holanda afirma que “*O tratado de 1810 foi o preço pago por Portugal à Inglaterra pelo auxílio que dela recebera na Europa*” e conclui que “*A Inglaterra dominava no comércio exterior brasileiro e comerciantes ingleses passaram a dominar no comércio interno*” (HOLANDA, 1969, p. 81- 92).

Outros autores também têm posicionamento semelhante ao de Aguiar e reforçam o que Hipólito dizia a respeito. Para Sodré (1969, p. 143) o discurso dos tratados, de estender e ampliar o comércio de ambas as nações não se efetivava na prática: “*a reciprocidade, no caso, era uma burla, como sempre acontece em tratados entre nações de desenvolvimento desigual ou simplesmente de características e necessidades desiguais*”. Manchester afirma que “*A abertura dos portos ao comércio mundial significava na realidade que, em relação à Europa, os portos estavam abertos apenas ao comércio da Inglaterra, enquanto durasse a guerra no continente*”. (1973, p.75) e Rodrigues conclui que, “*Se considerou sempre o tratado de 1810 como a máquina destruidora da prosperidade do país em todos os sentidos, porque foi concebido com cláusulas tal que toda a utilidade e proveito redundou somente da parte contratante*” (1975, p. 26).

O domínio inglês no comércio interno era ainda maior devido à falta de conhecimento mercantil dos negociantes brasileiros, fator que facilitava aos estrangeiros retirar as riquezas do Brasil em troca de mercadorias que na sua grande maioria eram inúteis à população brasileira, chegando ao cúmulo de vender casacos de pura lã para serem usados no terrível calor do Rio de Janeiro.

Para Hipólito, o governo deveria repensar a questão dos portos. Era o momento de analisar se os lucros adquiridos com a abertura superavam os prejuízos que causavam. Por outro lado a abertura dos portos foi fundamental para a economia do país, pois era necessário colocar o Brasil nas negociações comerciais, tirando-o da sujeição de negociar apenas com a metrópole. É nesse sentido que viria a encampar a luta pela abolição do trabalho escravo, já que a população existente não conseguia consumir a grande quantidade de mercadorias que eram desembarcadas e os escravos tinham acesso apenas aos produtos alimentícios básicos e vestimentas tecidas rudimentarmente nos próprios estabelecimentos rurais. A questão passava pelo fato de que o escravo não era dotado de dinheiro para a compra das mercadorias, sendo, então, necessário instituir o trabalho livre como forma de gerar uma camada de consumidores potenciais para os manufaturados ingleses.

Não só o Brasil enfrentou problemas com a abertura dos portos. Quando o país passou a negociar diretamente com outras nações a crise se instalou em Portugal, muito em

decorrência de as casas comerciais perderem para a presença inglesa o maior mercado consumidor para os precários manufaturados lusitanos. Para Prado,

Éramos os únicos consumidores- forçados, está visto- dos medíocres produtos das indústrias portuguesas, que de forma alguma poderiam agora, em igualdade de condições, concorrer com os da Inglaterra. Perdido assim seu principal e quase único mercado, as manufaturas portuguesas receberam um golpe de morte. (1982, p. 50)

Martins (1977), acrescenta que até 1808 as negociações comerciais no Brasil eram determinadas por Portugal, que na condição de único comprador decidia o preço dos gêneros da colônia. A Metrópole, ao levar para Portugal grande quantidade de produtos, além da sua capacidade de consumo, exportava o excedente para a Inglaterra, principalmente, ficando para si com os lucros dessas negociações. Com a liberação dos portos brasileiros, este negócio foi fatalmente prejudicado, levando à falência várias casas comerciais.

Apesar dos problemas ocasionados pela abertura dos portos, Hipólito considerava positiva a permissão do país negociar diretamente com as outras nações sem intervenção de Portugal, medida que veio a ocasionar o aumento da produção de produtos agrícolas, principalmente o algodão e o açúcar, fato que veio a exigir um maior número de escravos, aumentando, em contrapartida, o tráfico para atender os interesses de vários segmentos da sociedade.

O tráfico se destinava também a manter a estabilidade do número de escravos, já que a taxa de natalidade era baixa e o índice de mortalidade alto devido às péssimas condições de vida, maus tratos e doenças. Apesar do escravo ser um capital investido, o proprietário não tinha interesse em conservar-lhe a vida porque o lucro que obtinha com a máxima exploração compensava a morte do escravo, considerações que os levavam a defender a continuidade da importação de braços negros.

Para a aristocracia rural a escravidão era natural e a produção da riqueza só se daria pela agricultura agregada à exploração do trabalho escravo. Era totalmente contra qualquer idéia de pôr fim à escravidão e não se dispunha renunciar aos seus interesses em nome do desenvolvimento do país, mesmo que posteriormente esse progresso trouxesse mais vantagens econômicas que a escravidão. Hipólito dizia que:

Os negociantes do Brasil, que negociam na escravatura, os cultivadores, que empregam os negros nos seus trabalhos; e enfim toda a população, que é servida por escravos, deve naturalmente ser inclinada à continuação deste tráfico, que o hábito lhes faz parecer mui natural, que as leis lhe ensinam a olhar como legítimo e que os costumes indicam como necessário. (COSTA apud LIMA, 1977, p.132)

Essa posição da elite agrária não pode ser considerada equivocada para aquele momento histórico. A riqueza do país basicamente se concentrava na agricultura e não havia nenhuma perspectiva de instalação de manufaturas num curto prazo, já que *“proibia-se ao Brasil que tivesse fábricas, e se obrigavam seus habitantes a usar das manufaturas estrangeiras, que fossem para lá por via de Portugal”* (Idem, p. 255).

Acabar com a escravidão de pronto não seria tarefa recomendável, admitia Hipólito. Primeiramente era necessário instruir os homens no reconhecimento dos malefícios do sistema escravista, ou seja, era preciso mostrar aos indivíduos que o trabalho livre era a melhor alternativa. Maciel da Costa (1988, p.14) asseverava que *“prejuízos nacionais não se destroem com a força, senão só com as luzes”*. É nesse contexto que Hipólito da Costa, ao perceber o grande progresso inglês, sentiu-se na obrigação de levar aos brasileiros os mesmos

conhecimentos para que reformulassem sua visão a respeito da escravidão, pois pouco valia teria a introdução de estrangeiros diante de uma massa de escravos numerosa.

Na relação hierarquizada do trabalho escravo, esses eram vistos como mercadoria. A divisão era distinta, de um lado os proprietários dos meios de produção, incluindo a terra, os instrumentos de trabalho e escravos e de outro lado, as elites econômicas, compostas por comerciantes, geralmente aqueles negociantes envolvidos com tráfico africano. Os escravos formavam na época 1/3 da população, mas não eram considerados cidadãos. Para Rodrigues, apesar dos cativos *“ocuparem o último degrau da escala social, eram, como os brancos brasileiros e portugueses, os elementos essenciais da vida econômica e social”* (1975, p.112).

A visão que se tinha da escravidão como sendo necessária não se restringia à aristocracia rural, mas vários autores da época também reconheceram o trabalho escravo como indispensável à produção. Hipólito da Costa, por outro lado, não partilhava dessa justificativa, pois o país não poderia persistir num sistema que, no lugar de levar a nação à prosperidade, a deixava estagnada, sem possibilidade de competir com outros países. Asseverava que a substituição do trabalho escravo pelo livre levaria à criação de condições favoráveis para o aumento populacional e do mercado interno. Visto desta forma, era vital o incentivo da imigração estrangeira e da sua permanência, já que os poucos estrangeiros que residiam no país tinham por objetivo enriquecer com as negociações comerciais e depois voltar aos seus países de origem.

O governo que seria instaurado para incentivar a imigração deveria, antes do mais, garantir os direitos individuais. Direitos relacionados principalmente à segurança pessoal e à propriedade particular. Os estrangeiros não confiavam no governo, motivo que dificultava a vinda dos mesmos. Por isso Hipólito considerava de suma importância tomar medidas sérias e cabíveis para que os estrangeiros tivessem outra visão a respeito do Brasil.

A vinda de estrangeiros de diferentes nações beneficiaria o país à medida que esses conheciam diversas técnicas de cultivo avançadas, que poderiam ser adotadas, como também dos instrumentos que facilitavam o trabalho. Em consequência da imigração o tráfico africano cessaria gradativamente, e a produção para o mercado interno seria beneficiada com a presença de trabalhadores livres que viriam a formar uma camada de consumidores.

A idéia de incentivar a imigração européia não era questão difícil de resolver, já que nos países europeus havia um certo excedente de mão-de-obra. Apesar da divisão do trabalho ter proporcionado aumento nos lucros, o capitalista dependia da capacidade e da destreza do trabalhador humano, fatores que limitavam seus ganhos e que o impulsionou a criar e adotar formas de produção que extraísse do trabalhador um acréscimo de mais-valia.

O desenvolvimento tecnológico introduziu a máquina no processo de trabalho e deixou de exigir a habilidade e rapidez do trabalhador, passando este exercer a função de controlá-la, transformando-se num seu mero apêndice. Com a aplicação da maquinaria o lucro aumentou consideravelmente mas, em contrapartida, acarretou a expulsão dos trabalhadores dos postos de trabalho, formando um excedente de força de trabalho no mercado. Hipólito alerta que em nada adiantaria o excedente da população européia para a imigração se a visão que se tinha do país não incentivava a nele residir: *“não está ainda na Europa destruído inteiramente o errado conceito que viajantes e escritores ignorantes, e talvez prejudicados, espalharam noutro tempo sobre as nossas instituições e política interna”* (COSTA, 1988, p. 44).

Diante dessa situação, argüia que o governo poderia aproveitar e incentivar esses trabalhadores a residirem no país, até porque os brasileiros já estavam civilizados. A imigração beneficiaria o país não apenas no aspecto físico, mas também na questão política e moral. Em relação a moral, Hipólito defendia que era preciso que a população mantivesse contato com indivíduos de outras nações, principalmente o europeu. A convivência somente com escravos prejudicava a formação moral dos homens, à medida que os maus costumes dos

mesmos influenciavam na conduta dos mais jovens, levando-os a adotar hábitos ruins que poderiam perdurar por toda a vida.

Temos por várias vezes indicado a necessidade que há de procurar ao Brasil uma população tirada das nações européias; e isto para fins morais, políticos e físicos; porque a não ser se obrar assim, a raça portuguesa se estragará totalmente com a mistura, tão comum no Brasil, com os negros africanos, cuja compleição e figura vicia o físico das gerações mixtas; cujos costumes devassos, e moral estragada pelos maus hábitos inerentes à condição de escravos, servem de um exemplo fatal à mocidade. (COSTA apud LIMA, 1977, p.157)

Hipólito defendia a idéia de que na continuidade da escravidão, os indivíduos seriam contaminados pelos vícios dos escravos, tidos como maléficos para quem primava pelos bons costumes e impoluta moral. Via essa ameaça como consequência da convivência dos brancos com os cativos principalmente quando crianças, que nessa fase ficavam sob os cuidados das mães e criadas escravas. Portanto, como as mulheres eram as responsáveis pela educação dos filhos, poderiam indiretamente contribuir para a formação de indivíduos impregnados de hábitos pouco virtuosos, já que pouco podia contar com a presença do pai sempre envolvido com a lida da propriedade. Nesse sentido a escravidão oferecia, em todos os aspectos, mais prejuízos que vantagens, principalmente em relação à economia. O desenvolvimento do país era viável, dizia, mais ainda se abolissem, mesmo de forma lenta e gradual a escravidão, e permitissem a entrada de braços livres.

Quando os acontecimentos políticos envolvendo D. João VI e a corte em Portugal tornaram-se recalcitrantes e exigiram o retorno imediato do rei, Hipólito percebeu a intenção da corte portuguesa em retomar a situação anterior ao seu desembarque no país, e mantê-lo submisso às determinações políticas e econômicas da Metrópole, impedindo-o de continuar gozando da liberdade conquistada à custa da vinda da realeza para o Brasil. No estado atual não havia condições de manter a união dos dois reinos. Mesmo dizendo não ser o ideal, preferia a separação à submissão do Brasil às ordens portuguesas.

Nesse processo de independência política Hipólito voltou a persistir na luta pelo fim da escravidão. Indagava como poderia o Brasil ser independente se mantinha sua riqueza fundada no trabalho escravo, regime de trabalho contrário a qualquer idéia de liberdade. O país deveria escolher, pois, ser livre com um governo constitucionalista e com trabalho livre, ou manter a economia sustentada por um sistema escravocrata e junto a uma política arbitrária.

Todos os governos da América Espanhola, imitando o exemplo dos Estados Unidos, têm já proibido o comércio da escravatura da África, como passo preliminar para a anulação total da escravidão: e o Brasil, pelas mesmas razões, há de necessariamente seguir a mesma linha de política: e eis aqui um bem de considerável magnitude, que procede não simplesmente da independência da América, mas dos princípios liberais, em que se estribam os promotores dessa independência. (Ibid., p. 629-630)

Com a independência, o debate pelo fim da escravidão tornava-se questão da qual o reconhecimento da liberdade política dependia. Desde o início do século XIX a Inglaterra lutara a favor da abolição, pois a continuidade do tráfico impedia a realização de seus interesses. A justificativa era simples- escravos não eram consumidores de mercadorias- por isso iria lutar insistentemente para o Brasil abolir o tráfico. Assim, valendo-se da aflição política do país pelo reconhecimento internacional de sua independência, passou a pressionar pelo seu fim. O Duque de Wellington, chefe da delegação britânica em Verona, segundo

Bethell, foi instruído “no sentido de assegurar às nações aliadas que nenhum país no Novo Mundo será reconhecido pela Grã-Bretanha se não tiver franca e completamente abolido o tráfico de escravos” (1976, p. 42).

Neste intento era crucial a formação de indivíduos capazes de compreender que a continuidade da escravidão impedia o desenvolvimento do país. Naquele momento a maioria dos brasileiros, principalmente a elite, temia que o fim da escravidão empobrecesse o país<sup>8</sup>. Essas idéias eram totalmente rejeitadas por Hipólito, pois refletiam a questão parcialmente ao expressarem apenas os interesses imediatos e particulares. Ainda que essa argumentação fosse verdadeira, dizia, chegara a hora dos brasileiros escolherem: “o que preferem os Brasileiros, ser pobres, mas serem homens livres, com um Governo Constitucional; ou serem ricos, e submissos a governos arbitrários, sem outra constituição política, que a que lhes preserve o despotismo?” (COSTA apud LIMA, 1977, p.606).

Assim, ele esperava que a absorção das luzes da ciência pelos brasileiros os levaria a pensar na construção da nação desancorada do trabalho escravo, tendo em vista a adoção de práticas progressistas mais coerentes com as idéias liberais. É importante observar que em Hipólito, essa defesa pelo fim da escravidão se espelhava nas condições de vida inglesa, ou seja, discutia esse problema com os olhos voltados para o desenvolvimento inglês e não para as reais condições do Brasil. Sendo assim, suas propostas não poderiam ser efetivadas como gostaria por não dispor o Brasil das mesmas condições materiais que os ingleses. Entretanto suas idéias contribuíram para a formação do pensamento político e intelectual brasileiro das décadas iniciais do século XIX, deixando um inesquecível legado aos brasileiros que viriam posteriormente a defender com tenacidade a consolidação da idéia de nação. Diz Martins que “Pode-se dizer com segurança, que a educação política da geração, que no Brasil preparou e realizou a independência, foi feita pelo Correio Braziliense” (1977, p.33).

Para Rizzini (1988, p.348), Hipólito, “fez do Correio, único luzeiro da Colônia, preciosa informante da vida européia e completo repositório dos actos e dos fatos que diziam respeito diretamente ou por via de Portugal”. Candido, por sua vez, vê Hipólito como

[...] o primeiro brasileiro a usar uma prosa moderna, clara, vibrante e concisa, cheia de pensamento, tão despojada de elementos acessórios, que veio até nós intacta, fresca e bela, mais atual que a maioria da que nos legou o século XIX e o primeiro quarto deste. Foi o maior jornalista que o Brasil teve, o único cuja obra se lê toda hoje com interesse e proveito, foi um escritor e um homem de pensamento, exprimindo melhor que ninguém os temas centrais da nossa época das luzes. (CANDIDO, 1993, p. 233- 234)

Num país cuja educação se destinava unicamente à elite, com economia essencialmente agrária e a política subordinada às ordens portuguesas, os escritos de Hipólito, ao negarem a reprodução pura dos fatos, permitiram despertar em grande parte dos brasileiros o desejo de desfrutar de um estado material mais elevado. É sob este ângulo que seu pensamento foi analisado: em primeiro lugar constatou-se o caráter educativo posto em suas idéias quando contribuiu para a formação do pensamento genuinamente nacional. Em segundo, retratou como nenhum outro as questões de sua época ao posicionar-se de forma inabalável na luta pelo progresso, objetivo que perseguiu desde o primeiro artigo publicado no *Correio Braziliense*.

Hipólito da Costa, em 1822, não considerava de maior importância continuar escrevendo para o Brasil, pois a imprensa já se fazia presente e as notícias sobre os acontecimentos poderiam ser imediatas, o que não acontecia com o *Correio*. Embora não tivesse retornado a pátria desde que fora para Portugal concluir estudos foi, na sua época, o

mais brasileiro entre os brasileiros, segundo abalizados estudiosos de seu pensamento e aqui citados. Em 1822 encerra, nestes termos, sua luta pelo desenvolvimento do país:

Este periódico, destinado sempre a tratar como objeto primário dos negócios relativos ao Brasil, tem há alguns meses sido quase exclusivamente ocupado com os sucessos daquele país, ou com os de Portugal, que lhe diziam respeito; e os acontecimentos últimos do Brasil fazem desnecessário ao Redator, o encarregar-se da tarefa de recolher novidades estrangeiras para aquele país; quando a liberdade de imprensa nele, e as muitas gazetas, que se publicam nas suas principais cidades, escusam este trabalho d'antes tão necessário. (COSTA apud LIMA, 1977, p. 638)

Visando inserir o Brasil no rol das nações civilizadas, as idéias de Hipólito foram construídas no sentido de mostrar as vantagens do enorme progresso social existente, principalmente o da Inglaterra, país que serviu de modelo e inspiração para o debate por ele travado com os brasileiros.

Nesse sentido, suas idéias só encontram explicação quando são tomadas como produtos de condições históricas determinadas, inclusive sua proposta de abolição gradual da escravidão que, diante da organização necessária para a produção da riqueza nas colônias, não podia prescindir do trabalho escravo, ao mesmo tempo em que as condições materiais existentes deixavam patente em termos históricos porque a defesa do trabalho livre e da imigração como base da riqueza não poderia ser adotado no Brasil.

Portanto, as idéias de Hipólito da Costa deixaram evidente que a adoção do trabalho livre era o nó górdio que precisava ser enfrentado se as nações escravagistas quisessem adentrar no reino da civilização. Mas, para se chegar a ele, Hipólito da Costa entendia que deveriam primeiramente implantar o reino das Luzes, tarefa nada fácil considerando as condições presentes no Brasil. O caminho adotado foi o de educar para o conhecimento das leis do progresso, e das formas mais avançadas de produzir a vida.

O papel cumprido com galhardia como seus biógrafos atestam, e o *Correio Braziliense* confirma, inscreveu Hipólito José da Costa nos anais da história nacional entre as grandes reflexões nacionais, que buscando apontar caminhos para o desenvolvimento do país não se quedaram por incapacidade de elaborar soluções corretas, mas porque a história escrita pelos homens foge totalmente aos desejos individuais, embora permita ao homem sonhar.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Pinto de. *A abertura dos portos no Brasil*. Salvador: Progresso, 1960.
- ALVES, Gilberto Luiz. *O pensamento burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)*. Ibitinga/SP: Humanidades, 1993.
- BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Expressão e Cultura: Editora da USP, 1976.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura*. 7.<sup>a</sup> ed. 1.<sup>o</sup> v. (1750-1836), Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.
- COSTA, João Severiano Maciel da. Memória sobre a necessidade de se abolir a escravidão. In: *Memórias sobre a escravidão*. Introdução Graça Salgado. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Fundação Petrônio Portella, Ministério da Justiça, 1988.
- DARTON, Robert; ROCHE, Daniel. (Orgs.) *Revolução Imprensa: A imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- FERLINI, Vera Lúcia A. *Terra, Trabalho e Poder*. São Paulo: Braziliense, 1988.

- FIGUEIRA, Pedro de Alcântara; MENDES, Claudinei M. Estudo preliminar: o escravismo Colonial. In: *BENCI, Jorge. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das revoluções*. 10.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: o processo de emancipação*. Tomo II. V. 1. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
- LUSTOSA, Izabel. *Insultos Impressos: A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MANCHESTER. Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Braziliense, 1973.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 1996.
- \_\_\_\_\_. *História da inteligência brasileira*. V. II (1794-1855). São Paulo: Cultrix, 1977.
- PAULA, Sérgio Góes de. (Org.) *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Editora 34, 2001. (Coleção Formadores do Brasil)
- PRADO Jr, Caio. Evolução política do Brasil e outros estudos. In: *Iglesias, Francisco (Org.) História*. São Paulo: Ática, 1982.
- ROCHA, Manoel Ribeiro. *Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado: discurso sobre a libertação dos escravos no Brasil de 1758*. Petrópolis: Vozes: São Paulo: CEHILA, 1992.
- RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contra-Revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil – 1500-1822*. ed. Fac-Similar. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada; DOLHNIKOFF, Mirian (Org.) In: *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SOARES, Teixeira. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. (Org.) *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Cátedra : Brasília: MEC, 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *As razões da Independência*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

## NOTAS

<sup>1</sup>. Trabalho apresentado como resultado final de pesquisa ao Programa de Iniciação Científica- 2003/2004; Apresentado no IV Congresso do HISTEDBR, na Universidade Estadual de Maringá, em julho de 2004 e não publicado nos Anais do Evento por problemas técnicos.

<sup>2</sup> Aluna Mestrado da Universidade Estadual de Maringá

<sup>3</sup> Professora da Universidade Estadual de Maringá

<sup>4</sup>. O *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário* é considerado o primeiro jornal brasileiro, apesar de impresso em Londres, circulou no Brasil em todo o período de sua existência. Segundo Barbosa Lima Sobrinho (1977), o título predominante foi *Correio Braziliense*, escrito com z no lugar do s. *Armazém Literário* destinava-se apenas a referir sobre a variedade de assuntos contidos no jornal. Por ser dividido e regular era tido na condição de jornal, mas também poderia ser livro, como a maioria, pelo fato de apresentar uma seqüência nas páginas e o formato in-oitavo, típico de livros. A troca da letra s por z também foi utilizada por Hipólito para fazer uma distinção, ou seja, chamava *Braziliense* o natural do Brasil e os atuais possuidores do país. *Brasileiro* era utilizado para designar o português europeu ou o estrangeiro que vinha para o Brasil negociar ou residir, e *Brasiliano* quando se referia aos indígenas. Circulou regularmente “num total de 175 números, de 96 a 150 páginas in 8 oitavo, formando 9 volumes. Era dividido em quatro seções: Política, Comércio e artes, Literatura e Ciências, e Miscelânea” (RIZZINI,1988, p. 348).

<sup>5</sup>. Ribeiro Rocha escreveu *Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado*, em fins de 1756 na Bahia, mas só foi publicado em 1758.

---

<sup>6</sup>· BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977. Essa edição é acompanhada do trabalho intitulado *Estudo preliminar: o escravismo colonial*, de autoria de Pedro Alcântara Figueira e Claudinei Magno Mendes.

<sup>7</sup>· Nesse tratado, segundo Aguiar (1960), foi concedido à Inglaterra o direito de pagar 15% em relação à entrada dos produtos, já os outros países teriam que pagar 24%.

<sup>8</sup>· O tráfico de escravos envolvia vários empreendimentos capitalistas, era um negócio rentável não apenas para os senhores, mas também para os negociantes envolvidos no tráfico internacional.